

MARINHA DO BRASIL  
CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Manaus, AM, na data da assinatura.

PARECER DE INTERFERÊNCIA PRÉVIA (PIP)

A Autoridade Marítima, em relação à segurança da navegação e ao ordenamento do espaço aquaviário, **NADA TEM A OPOR** à obra requerida. O presente parecer não implica em autorização ou aval à obra pretendida por não ser objeto da competência da MB, nem exime o requerente do cumprimento de exigência de outros órgãos, nas esferas federal, estadual e municipal, prevista na legislação em vigor.

Este Parecer tem caráter **DEFINITIVO**, considerando a possibilidade de alteração futura da posição ou a sua retirada do local da obra, prevista no item 2.17 da NORMAM-303/DPC, em face da necessidade de reordenamento do espaço aquaviário ou da segurança da navegação.

**NOTA:** Caso tenha sido obtido parecer favorável, o requerente deverá:

- 1) Informar o início e término dos serviços à CP/DL/AG, para a divulgação em Avisos aos Navegantes e/ou Avisos-Rádio Náuticos;
- 2) Apresentar na CP/DL/AG, em até sessenta dias após o término da obra, a PFS em mídia digital georreferenciada em relação à carta náutica, em formato compatível com os sistemas CAD (DXF ou DWG), exclusivamente para as obras com dimensões superiores a vinte metros, conforme as instruções constantes do anexo 1-A. A PFS com a trajetória dos cabos ou dutos submarinos sob o corpo d'água e que interligam as estruturas/equipamentos que compõem o Parque, deverá conter as coordenadas dos pontos junto às margens e dos pontos de inflexão, se for o caso;
- 3) Anualmente, após a conclusão da obra, o interessado deverá providenciar o LH da Categoria "B", conforme estabelecido nas Normas da Autoridade Marítima para Levantamentos Hidrográficos (NORMAM-501/DHN), a fim de realizar monitoramento anual das profundidades no entorno das estações geradoras;
- 4) Neste campo a CP/DL/AG deverá detalhar as áreas de segurança no entorno dos Geradores Eólicos ou outros equipamentos instalados (Exmplo: Manter área circular de segurança com raio de 500m no entorno do Gerador Eólico. Dentro dessa área será mantida restrição de tráfego para qualquer embarcação); e
- 5) A obra deverá ser concluída no prazo de quatro anos a partir deste parecer, devendo ser observado o estabelecido no item 1.1 do Capítulo 1 da NORMAM-303/DPC.

Eu, \_\_\_\_\_, CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_, Identidade nº \_\_\_\_\_ Órgão expedidor \_\_\_\_\_ residente: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Tel (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_, Vem requer a Vossa Senhoria a emissão de Parecer para realização da: **INSTALAÇÃO DE PARQUE EÓLICO MARÍTIMO**

(O NOME DA OBRA)

Nome da obra pretendida

Coordenadas geográficas: LAT ° ' " S / LONG ° ' " W, de acordo com o item 2.17 da NORMAM-303/DPC.

Nestes termos, pede deferimento.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
(local) (dia) (mês) (ano)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Requerente)

**OBS. 1** - As CP/DL/AG deverão postar no **VERSO** do presente requerimento todas as exigências que porventura tenham sido apontadas durante o processo e discriminar no espaço destinado ao despacho se o parecer é provisório ou definitivo;

**2** - A emissão do **PARECER FINAL** da Autoridade Marítima estará condicionada ao cumprimento das exigências por parte do interessado junto à CP/DL/AG de origem do processo da obra; e

**3** - Deverá ser apensada ao presente requerimento toda a documentação exigida na presente norma afeta a obra pretendida.

**NORMAM-303/DPC**